

ARNALDO RIZZARDO
ARNALDO RIZZARDO FILHO
CARINE ARDISSONE RIZZARDO

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

*Atualizado de
acordo com o*

**(Novo
CPC)**
Lei 13.105,
de 16.03.2015



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 16.09.2015

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R533p

Rizzardo, Amaldo, 1942-

Prescrição e decadência / Amaldo Rizzardo, Amaldo Rizzardo Filho, Carine Ardissonne Rizzardo. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-309-6620-1

1. Direito civil – Brasil. I. Rizzardo Filho, Amaldo. II. Rizzardo, Carine Ardissonne. III. Título.

15-24294

CDU: 347(81)

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Obras do Autor Arnaldo Rizzardo	XXVII
Capítulo I – O efeito do tempo	1
1. A vida dos direitos	1
2. Os limites temporais para o exercício do direito	4
3. O decurso do tempo e liberação de obrigações	4
Capítulo II – Prescrição e decadência	7
1. Prescrição como perda de ação para exercer um direito	7
2. A decadência como perda do direito	9
3. A distinção entre prescrição e decadência.....	10
4. A origem e a importância da prescrição e da decadência	12
Capítulo III – A prescrição nas ações pessoais e nas ações reais	15
Capítulo IV – O início da prescrição e início do prazo para o exercício da ação	19
Capítulo V – Prescrição e decadência diante da classificação das ações.....	23
Capítulo VI – Renúncia da prescrição e da decadência.....	27
Capítulo VII – A prescrição aquisitiva e a extintiva ou liberatória.....	31
Capítulo VIII – Prescrição como exceção.....	35
Capítulo IX – Proibição em alterar os prazos da prescrição e faculdade de as partes estabelecerem a decadência.....	37

Capítulo X – Prescrição intercorrente	41
1. A inércia no andamento do processo judicial pelo período da prescrição.....	41
2. A contagem do início do prazo de prescrição.....	42
3. O decurso do prazo para o cumprimento de medidas judiciais nas execuções fiscais.....	43
4. A decretação de ofício da prescrição intercorrente nas execuções fiscais	45
Capítulo XI – Prescrição, preempção e preclusão	49
Capítulo XII – Momento e legitimidade para a alegação da prescrição	53
Capítulo XIII – A prescrição quanto aos relativamente incapazes	57
Capítulo XIV – Possibilidade de o juiz decretar de ofício a prescrição e a decadência	59
Capítulo XV – A continuação da prescrição na sucessão de obrigações ou direitos.....	63
Capítulo XVI – A prescrição dos direitos acessórios e da exceção.....	69
Capítulo XVII – Suspensão da prescrição	73
1. A ideia de suspensão e distinções	73
2. A classificação segundo o Código Civil e casos especiais.....	74
Capítulo XVIII – Interrupção da prescrição	83
1. O efeito da interrupção e distinções.....	83
2. Situações que estabelecem a interrupção segundo o Código Civil.....	84
3. Interrupção da prescrição pela citação e improcedência ou extinção da ação.....	94
4. Interrupção pela citação em ação cautelar	97
5. O recomeço da prescrição interrompida.....	99
6. Legitimidade para promover a interrupção da prescrição.....	102

Capítulo XIX – Aplicação da lei no tempo em matéria de prescrição	105
Capítulo XX – Aumento ou redução do prazo prescricional e decadencial no curso de uma relação jurídica	109
Capítulo XXI – Citação nula e prescrição.....	115
Capítulo XXII – A extensão da prescrição perante terceiros e solidariedade...	117
Capítulo XXIII – Prazos da prescrição no Código Civil	121
1. O conceito de prazo e seu início.....	121
2. Prazo ordinário	122
3. Prazos especiais	125
3.1. A pretensão para o pagamento das despesas de hospedagem e de alimentação.....	126
3.2. A pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele e ação de regresso	127
3.3. A pretensão na percepção de emolumentos, custas e honorários de árbitros e peritos.....	135
3.4. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima.....	136
3.5. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes.....	137
3.6. Pretensão a prestações alimentícias.....	138
3.7. Pretensão às prestações relativas a aluguéis.....	139
3.8. Pretensão ao recebimento de prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.....	140
3.9. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias	140
3.10. Pretensão ao ressarcimento por enriquecimento sem causa	141
3.11. Pretensão à reparação civil.....	141
3.12. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé.....	144
3.13. Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas	145
3.14. Pretensão para haver o pagamento de títulos de crédito.....	147

3.15. Pretensão do beneficiário e do terceiro prejudicado no seguro obrigatório	151
3.16. Pretensão relativa à tutela.....	156
3.17. Pretensão para a cobrança de dívidas líquidas.....	156
3.18. Pretensão dos profissionais liberais, dos procuradores judiciais, dos curadores e dos professores por seus honorários	157
3.19. Pretensão para reaver o que se despendeu em juízo	159
Capítulo XXIV – O começo da prescrição para exercer a pretensão na pendência de ação penal.....	161
Capítulo XXV – Prescrição da pretensão para a reparação do dano moral por crime de imprensa.....	167
Capítulo XXVI – A prescrição e o cumprimento da pretensão indenizatória	171
Capítulo XXVII – A prescrição no redirecionamento da ação contra o administrador ou sócio da pessoa jurídica.....	175
Capítulo XXVIII – A prescrição no usucapião	181
1. A prescrição aquisitiva.....	181
2. O usucapião <i>pro labore</i>	182
3. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes.....	182
4. Usucapião extraordinário	184
5. Usucapião ordinário	187
6. Usucapião especial urbano individual e coletivo.....	189
7. Usucapião especial urbano em favor do cônjuge ou companheiro separado que permanece no imóvel.....	191
8. Suspensão e interrupção do prazo prescricional no usucapião.....	193
9. A interrupção da prescrição relativamente ao usucapiente herdeiro pela transmissão da herança.....	197
Capítulo XXIX – A prescrição na partilha anulável e na partilha nula	201
1. A anulação por vícios ou defeitos.....	201
2. As nulidades absolutas e o tratamento diante das nulidades relativas.	201
3. A anulação da partilha amigável	204

Capítulo XXX – Prescrição da ação de petição de herança	209
Capítulo XXXI – A prescrição nas colações	213
1. O conceito de colação.....	213
2. A finalidade da colação.....	213
3. Herdeiros obrigados à colação	214
4. Exceções à colação.....	215
5. A prescrição da ação visando à colação.....	216
Capítulo XXXII – A prescrição na sonegação de bens.....	221
Capítulo XXXIII – A prescrição no dano moral.....	225
1. Caracterização e espécies	225
2. Posições sobre a prescrição.....	226
3. A predominância da prescrição no prazo de dez anos.....	227
Capítulo XXXIV – O prazo da prescrição para a prestação de alimentos e para a prestação da indenização com caráter alimentar	233
Capítulo XXXV – A prescrição nos planos de saúde.....	235
1. Noções sobre os planos de saúde	235
2. Espécies de planos de saúde.....	236
3. A contratação de associados.....	238
4. Doenças e Lesões Preexistentes (DLP) e cobertura parcial temporária.....	240
5. Renovação automática dos contratos após o vencimento.....	242
6. Proibição em recusar associados e em interromper o internamento ...	243
7. A mudança das contraprestações pecuniárias em função da idade, da sinistralidade ou da variação de custos.....	244
8. O tratamento da prescrição.....	246
Capítulo XXXVI – A prescrição e a decadência no condomínio edilício...	257
Capítulo XXXVII – Prescrição para anular deliberações de Assembleia Geral e para reclamações contra a cooperativa.....	261
Capítulo XXXVIII – A prescrição no contrato de agência ou representação comercial.....	265

Capítulo XXXIX – A prescrição de prestações periódicas vencidas em obrigações de cumprimento parcelado e sucessivo.....	269
Capítulo XL – Prescrição do fundo do direito e prescrição das prestações.....	271
Capítulo XLI – A prescrição aquisitiva das servidões.....	275
1. As servidões objeto de aquisição pela prescrição.....	275
2. Usucapião ordinário	278
3. Usucapião extraordinário	284
4. Usucapião quanto ao modo do exercício da servidão.....	285
Capítulo XLII – A prescrição aquisitiva ou o usucapião da passagem forçada	287
Capítulo XLIII – Perda da servidão pelo não uso durante o prazo de dez anos	289
Capítulo XLIV – Prescrição nas infrações da ordem econômica.....	293
Capítulo XLV – A prescrição de dívidas bancárias.....	299
Capítulo XLVI – A prescrição no depósito bancário	305
1. Depósito bancário.....	305
2. Valores depositados em bancos e incidência das regras do mútuo.....	306
3. O prazo dos depósitos e da prescrição	308
4. A imprescritibilidade durante o depósito	309
Capítulo XLVII – A prescrição no direito administrativo	315
Capítulo XLVIII – A prescrição e as pessoas jurídicas de direito público ...	317
Capítulo XLIX – A prescrição à reclamação em face dos atos administrativos.....	323

Capítulo L – A prescrição da ação punitiva da Administração Pública federal.....	325
Capítulo LI – A prescrição da ação disciplinar para a aplicação de penalidades administrativas a funcionários.....	329
1. As penalidades aplicáveis no plano federal.....	329
2. O começo do prazo de prescrição.....	332
3. Interrupção do prazo prescricional.....	334
4. Prazo para concluir da sindicância e do processo administrativo.....	335
Capítulo LII – Prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos públicos.....	337
Capítulo LIII – Aplicação do prazo de prescrição do Código Penal nas infrações administrativas.....	341
Capítulo LIV – A prescrição nas pretensões sobre águas públicas.....	345
Capítulo LV – A prescrição na improbidade administrativa.....	347
1. Atos atentatórios à Administração Pública.....	347
2. A prescrição para os ocupantes de cargos temporários.....	349
3. A prescrição para os ocupantes de cargos efetivos.....	350
4. A prescrição para as pessoas particulares que não desempenham a função pública.....	352
5. A prescrição no caso de concurso de agentes efetivos e temporários, e de pessoas particulares, por um mesmo fato.....	354
6. A prescrição das ações puramente ressarcitórias.....	355
7. Interrupção da prescrição pela citação e pela notificação.....	359
8. A condição da notificação na ação de improbidade administrativa para apresentar defesa e a prescrição.....	361
Capítulo LVI – A prescrição na ação civil pública.....	365
1. A propositura da ação e vigência dos direitos.....	365
2. A defesa de interesses a favor ou contra a Administração Pública.....	365
3. A defesa de interesses particulares.....	367
4. A defesa de interesses em violações permanentes ou que prosseguem no tempo.....	368
5. O cumprimento de sentença proferida na ação civil pública.....	368

Capítulo LVII – Prescrição e decadência nos créditos públicos não tributários de natureza patrimonial	373
Capítulo LVIII – A prescrição e a decadência na desapropriação	379
1. A abrangência da desapropriação	379
2. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública	380
3. A desapropriação por interesse social diferente da reforma agrária	381
4. A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária	382
5. Desapropriação de imóveis urbanos para fins de urbanização	383
6. Processo de desapropriação e prazos decadenciais	385
7. Retrocessão e prescrição	388
8. Desapropriação indireta	390
Capítulo LIX – A prescrição na arbitragem	393
Capítulo LX – A prescrição e a decadência nas sociedades por ações	399
1. Conceito e distinções	399
2. Prazos de prescrição estabelecidos no Código Civil e na Lei nº 6.404/1976	401
2.1 A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima	401
2.2 Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes	402
2.3 Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias	403
2.4. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé	404
2.5 Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas	405
2.6. Prescrição na ação para buscar a complementação de ações	407
3. Prazos de prescrição estabelecidos na Lei nº 6.404/1976	408
3.1 Pretensão à anulação da constituição da sociedade	409
3.2 Pretensão à anulação das deliberações da assembleia geral	409
3.3 Pretensão à restituição de valores pagos indevidamente	410

3.4	Pretensão à indenização por danos causados pelo agente fiduciário.....	410
3.5	Pretensão à indenização contra o vendedor que viola o dever de sigilo.....	411
3.6	Pretensão contra a companhia	411
Capítulo LXI – A prescrição no uso das águas superfúas das correntes comuns e das nascentes		413
Capítulo LXII – A prescrição na liquidação das instituições financeiras e das cooperativas de crédito.....		419
Capítulo LXIII – Prescrição e dano ambiental		423
1.	Elementos do meio ambiente.....	423
2.	O prazo prescricional da ação punitiva da Administração Pública.....	426
3.	A interrupção da prescrição na incidência das cominações administrativas.....	428
4.	A imprescritibilidade enquanto perdura o dano ambiental	429
Capítulo LXIV – A imprescritibilidade dos direitos fundamentais.....		433
1.	Conceituação e natureza dos direitos fundamentais.....	433
2.	A relação dos direitos fundamentais.....	434
3.	A variação de categorias no tempo e gerações de direitos fundamentais	438
4.	A imprescritibilidade.....	439
5.	O tratamento dado pelos tribunais	440
Capítulo LXV – A imprescritibilidade das ações quanto aos bens públicos e das ações de ressarcimento ao erário público		445
Capítulo LXVI – A imprescritibilidade nos negócios ou atos nulos.....		451
1.	A abrangência da invalidade dos atos ou negócios	451
2.	Especificamente a nulidade do negócio jurídico.....	452
3.	Impossibilidade de confirmação do negócio nulo e sua imprescritibilidade.....	455

Capítulo LXVII – A imprescritibilidade das terras ocupadas pelos indígenas	457
Capítulo LXVIII – A imprescritibilidade no direito à mudança de servidões	463
Capítulo LXIX – A imprescritibilidade do marido em contestar a paternidade dos filhos	465
Capítulo LXX – Imprescritibilidade da ação de nulidade relativa a impedimentos do casamento	467
Capítulo LXXI – A imprescritibilidade no direito penal	471
Capítulo LXXII – A decadência no Código Civil	475
Capítulo LXXIII – Exemplificações de decadência	479
Capítulo LXXIV – A decadência e a prescrição no campo do direito do consumidor	497
Capítulo LXXV – A decadência dos direitos dos investidores.....	503
Capítulo LXXVI – A decadência para a Administração Pública invalidar seus próprios atos.....	507
Capítulo LXXVII – A decadência na ação popular	511
Capítulo LXXVIII – A decadência no mandado de segurança.....	515
Capítulo LXXIX – A decadência e a prescrição perante as teorias do fato consumado, da <i>supressio</i> e da <i>surrectio</i>	521
1. Direitos imunes à ação do tempo em razão de perdurarem as situações fáticas e jurídicas	521
2. A teoria do fato consumado.....	522
3. O reconhecimento de direitos de uso ou proveito, embora contrários à convenção, com base nas teorias da <i>supressio</i> e da <i>surrectio</i>	527

Capítulo LXXX – A decadência e a prescrição nas várias modalidades de transporte de coisas	533
Capítulo LXXXI – Decadência em exigir que se desfaçam janelas e outras aberturas ou obras sobre o prédio vizinho.....	537
Capítulo LXXXII – Decadência do direito de preferência na alienação do imóvel durante o arrendamento e a pareceria rural.....	541
Capítulo LXXXIII – Decadência do direito de preferência na venda de quinhão em coisa comum	545
Capítulo LXXXIV – Decadência do direito de preferência do locatário na transferência do imóvel.....	549
Capítulo LXXXV – Decadência na venda de ascendente a descendente.....	551
1. A anulabilidade e visão na legislação anterior.....	551
2. A venda por interposta pessoa	552
3. O consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante....	553
4. A necessidade do prejuízo aos demais descendentes e da prova da fraude	553
5. Oportunidade para a propositura da ação.....	555
6. Prazo de decadência e seu início.....	556
7. Venda anterior ao reconhecimento da paternidade.....	558
Capítulo LXXXVI – A decadência na revogação das doações.....	561
1. Revogação da doação por ingratidão.....	561
2. Causas de revogação	562
3. Revogação e direitos de terceiros	564
4. Prazo para promover a revogação.....	564
5. Revogação da doação por descumprimento de encargo.....	566
Capítulo LXXXVII – A decadência na venda <i>ad corpus</i> e na venda <i>ad mensuram</i>	569
1. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	569
2. Tipos de venda <i>ad corpus</i> e de venda <i>ad mensuram</i>	570

3. Alternativas judiciais oferecidas ao comprador	572
4. Excesso de área na venda.....	573
5. Decadência do direito de invocar a falta ou o excesso de área	574
Capítulo LXXXVIII – A decadência nos vícios redibitórios	575
1. Caracterização	575
2. Requisitos configuradores dos vícios redibitórios	576
3. Conhecimento ou desconhecimento dos vícios pelo alienante	578
4. Perecimento da coisa.....	579
5. Ações asseguradas ao adquirente.....	580
6. Erro e vício redibitório	580
7. Cláusula de renúncia à responsabilidade pelos vícios redibitórios	582
8. Prazo de decadência do direito.....	582
Capítulo LXXXIX – Decadência do direito de pedir a devolução do imóvel no arrendamento e parceria rural.....	585
Capítulo XC – Decadência do direito de renovação no contrato de locação de imóvel	591
1. Requisitos para a renovação, incluindo o prazo decadencial.....	591
2. Titularidade do direito.....	593
3. Procedimento judicial e a defesa do locador na ação renovatória	595
4. Indenização em favor do locatário.....	597
Capítulo XCI – Decadência no contrato de construção por empreitada	599
1. A construção por empreitada.....	599
2. Espécies de contratos	600
3. Prazo decadencial na responsabilidade por vícios de solidez ou segurança nas edificações.....	602
4. Prazo decadencial na responsabilidade por defeitos e imperfeições da obra.....	604
Capítulo XCII – A decadência e a prescrição no direito de falências	607
1. Situações que determinam a falência.....	607
2. A prescrição do título que ampara o pedido de falência	608
3. Suspensão do curso da prescrição.....	608

4. Não ocorrência da suspensão da prescrição no caso de créditos fiscais	609
5. Decadência do direito do credor não satisfeito no seu crédito e da condenação por prática de crime	609
6. A prescrição dos crimes falimentares	610
7. Atos ineficazes na falência e decadência da ação revocatória	612
Capítulo XCIII – A decadência e a prescrição no Código de Trânsito Brasileiro	615
Capítulo XCIV – A decadência no cadastro negativo do nome do devedor	625
Capítulo XCV – A decadência na ação rescisória	629
1. Prazo decadencial	629
2. O prazo no caso de intempestividade do recurso	630
3. O prazo nas decisões submetidas ao duplo grau de jurisdição	632
4. O prazo se o autor da ação não foi citado na ação rescindenda	632
5. O prazo na rescisória visando desconstituir parte da sentença ou do acórdão	633
6. O prazo se não promovida a citação para efeitos de interromper a prescrição	633
7. O prazo se promovida a ação com base em prova cuja falsidade tenha sido provada em processo criminal, ou em documento novo	634
8. O prazo se o trânsito em julgado ocorreu em momentos distintos	635
9. O prazo que finda em dia não útil	637
10. O prazo na revelia do réu	638
11. Não suspensão do prazo decadencial	639
Capítulo XCVI – A caducidade e a prescrição nos direitos de autor	641
1. Tipos de direitos de autor	641
2. O prazo de proteção e caducidade dos direitos de autor	644
3. O prazo de prescrição	647
Capítulo XCVII – A caducidade e a prescrição na propriedade industrial e no nome empresarial	649
1. Abrangência da propriedade industrial	649

2. O prazo da prescrição.....	650
3. Prescrição no nome empresarial.....	652
4. Caducidade na propriedade industrial	653
Capítulo XCVIII – A decadência no direito tributário	661
1. Conceito de decadência tributária.....	661
2. Constituição do crédito tributário e decadência	662
3. Lançamento tributário e decadência.....	663
4. O prazo decadencial e seus termos iniciais.....	666
5. Constituição do crédito tributário pelo depósito judicial e pelo lançamento	669
6. A decadência da penalidade pecuniária.....	670
7. O prazo decadencial das contribuições previdenciárias.....	675
8. Interrupção do prazo decadencial e decadência do direito de o Fisco revisar lançamento anteriormente realizado.....	675
9. Suspensão do prazo decadencial.....	677
10. Reconhecimento da decadência <i>ex officio</i>	678
11. Constituição do crédito tributário previdenciário pela Justiça do Trabalho.....	679
Capítulo XCIX – A prescrição no direito tributário	685
1. A prescrição na perspectiva do direito tributário.....	685
2. Regras tributárias sobre a prescrição e o prazo.....	687
3. O efeito da prescrição e o termo inicial do prazo.....	688
4. Interrupção da prescrição tributária	689
5. Suspensão da prescrição tributária.....	691
6. Reconhecimento da prescrição <i>ex officio</i>	697
7. Da prescrição intercorrente	697
8. Prescrição para promover a ação anulatória de lançamento de débito fiscal	700
9. A não influência do prazo de pagamento na contagem do prazo prescricional	703
Capítulo C – Decadência e prescrição para o exercício do direito à repetição do indébito no direito tributário	705
1. Regime jurídico próprio da decadência e da prescrição na repetição de indébito	705

2. O prazo para a restituição e o seu início	706
3. Identificação da natureza do prazo decadencial ou prescricional.....	707
4. A opção para definir a decadência ou a prescrição no reconhecimento do indébito.....	709
5. Prescrição do direito para anular a decisão administrativa que denega a restituição.....	711
6. A tese dos “cinco mais cinco anos”	712
7. Inaplicabilidade do art. 882 do Código Civil.....	715
8. Lei que institui tributo declarada inconstitucional e o prazo prescricional para repetição do indébito.....	716
Capítulo CI – Prescrição e decadência no direito previdenciário.....	719
1. Aspectos introdutórios e conceituais	719
2. As contribuições sociais e sua destinação assistencial.....	721
3. Benefícios de prestação continuada e a incidência da prescrição unicamente no que tange às prestações	723
4. Decadência dos direitos e prescrição das prestações.....	724
5. Fundo de direito, benefícios previdenciários, prescrição e decadência	725
6. Especificamente quanto à decadência das ações que visam à revisão do benefício previdenciário	729
7. Desaposentação e prazo decadencial	732
8. Suspensão e interrupção do prazo prescricional	735
9. Decadência do direito da Previdência Social em anular os seus atos administrativos	736
10. Prescrição das ações referentes à prestação por acidente do trabalho.	738
11. Prazo prescricional da ação regressiva da Previdência Social em face dos responsáveis pelo acidente do trabalho	738
Capítulo CII – A prescrição e a decadência nos títulos de crédito	743
1. A incidência da norma geral do Código Civil	743
2. Da prescrição das notas promissórias e letras de câmbio	744
3. Da prescrição do cheque.....	749
4. Da prescrição da duplicata	755
5. Da prescrição dos títulos representativos de mercadorias.....	757
6. Da prescrição dos títulos de crédito com garantia real ou privilégio especial.....	760
7. A prescrição das cédulas hipotecárias habitacionais e das cédulas de crédito bancário	766

8. Da prescrição dos títulos de crédito rural no agronegócio e com lastro em direitos creditórios.....	769
9. Da prescrição dos títulos com lastro ou garantia imobiliária.....	772
10. Da prescrição relativamente às ações e debêntures das sociedades anônimas	776
Capítulo CIII – Prescrição e decadência no direito do trabalho	781
1. Aspectos introdutórios e conceituais da prescrição	781
2. O prazo.....	785
3. Ato único, prescrição total e parcial	787
4. As regras do Código Civil aplicáveis à prescrição trabalhista	788
5. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a decadência	804
6. A prescrição intercorrente.....	807
7. Readmissão, reintegração e recontração do empregado, e suspensão e interrupção do contrato de trabalho diante do prazo prescricional...	808
8. Termo inicial do prazo prescricional.....	811
9. A prescrição relativa aos empregados domésticos	812
10. A decadência no Direito do Trabalho	813
Bibliografia.....	815